



—

Índice

I. Tabela de Notas

O PROVIMENTO Nº 88, DO CNJ, E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS (ARTHUR DEL GUÉRCIO NETO E LUCAS BARELLI DEL GUÉRCIO)	47
1. INTRODUÇÃO.	48
2. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ARTIGOS DO PROVIMENTO Nº 88 DO CNJ.	50
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	50
2.2. POLÍTICA DE PREVENÇÃO: O QUE É ISSO?	52
2.3. DO CADASTRO DE CLIENTES E DEMAIS ENVOLVIDOS.	53
2.4. DO CADASTRO ÚNICO DE BENEFICIÁRIOS FINAIS.	56
2.5. DO REGISTRO DAS OPERAÇÕES.	56
2.6. DAS COMUNICAÇÕES À UNIDADE DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA – UIF – DISPOSIÇÕES GERAIS.	57
2.6.1. ELEMENTOS QUE PODEM CONFIGURAR INDÍCIOS DA OCORRÊNCIA DE CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO OU FINANCIAMENTO AO TERRORISMO – ART. 20.	58
2.7. DAS COMUNICAÇÕES À UNIDADE DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA – UIF – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS.	61
2.7.1. DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS TABELIÃES E OFICIAIS DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS.	62
2.7.2. DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS TABELIÃES DE PROTESTOS.	62
2.7.3. DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS REGISTRADORES DE IMÓVEIS.	63
2.7.4. DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS OFICIAIS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS.	64
2.7.5. DAS NORMAS APLICÁVEIS AOS NOTÁRIOS.	65
2.7.5.1. DO CADASTRO ÚNICO DE CLIENTES DO NOTARIADO.	65
2.7.5.2. DO CADASTRO ÚNICO DE BENEFICIÁRIOS FINAIS.	66

2.7.5.3. DO REGISTRO DE OPERAÇÕES E DO ÍNDICE ÚNICO DE ATOS NOTARIAS. ____	67
2.7.5.4. DAS COMUNICAÇÕES À UNIDADE DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA - UIF. ____	67
2.8. DA GUARDA E CONSERVAÇÃO DE REGISTROS E DOCUMENTOS. _____	68
2.9. DISPOSIÇÕES FINAIS. _____	69
3. CONCLUSÃO. _____	69

***LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO - IMPRESSÕES DE UM NOTÁRIO
(MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA CAMARGO)*** _____ **73**

1. O HOMEM E SUA EVOLUÇÃO _____	74
2. INTELIGÊNCIA E RAZÃO _____	75
3. O SACRIFÍCIO EXIGIDO PELA RAZÃO _____	77
4. SALTOS DE EVOLUÇÃO E EQUILÍBRIO DIALÉTICO _____	77
5. O DESEQUILÍBRIO ATUAL DA INCLUSÃO PREVISTA _____	78
6. DEFICIÊNCIA E AS MUDANÇAS DA HISTÓRIA _____	79
7. CÓDIGO PENAL E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA _____	82
8. O TABELIÃO DE NOTAS E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA _____	84
9. ESSENCIAL É A AUTONOMIA _____	86
10. A FÉ PÚBLICA E SUA EXPRESSÃO MATERIAL _____	87
11. CONSIDERAÇÕES ÚLTIMAS _____	89
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	91

***OBRIGAÇÃO DE FAZER NA ESCRITURA DE INVENTÁRIO
(FERNANDA MIMURA DE CAMARGO PENTEADO)*** _____ **93**

1. INTRODUÇÃO _____	94
2. DA NOMEAÇÃO DO INVENTARIANTE _____	94

3. DA ESCRITURA DE INVENTÁRIO NEGATIVO _____	98
4. DA OBRIGAÇÃO DEIXADA PELO FALECIDO _____	99
4.1. DA OBRIGAÇÃO DO COMPROMISSÁRIO VENDEDOR FALECIDO _____	99
4.2. DA OBRIGAÇÃO DE COMPROMISSÁRIO COMPRADOR DEIXADO PELO FALECIDO _____	102
4.3. DA OBRIGAÇÃO DO COMPROMISSÁRIO VENDEDOR E COMPROMISSÁRIO COMPRADOR FALECIDOS _____	105
4.4. CONCLUSÃO _____	107
5. BIBLIOGRAFIA _____	108
<i>DA CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS DE BEM CONSIDERADO SINGULARMENTE (LUIZ CARLOS WEIZENMANN) _____</i>	111
1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS SUCESSÕES _____	112
2. DA RENÚNCIA DA HERANÇA _____	113
3. DA CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS _____	115
4. DOS PLANOS DA EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA. _____	118
4.1. DA EXISTÊNCIA _____	118
4.2. DA VALIDADE _____	119
4.3. DA EFICÁCIA _____	119
5. DO NEGÓCIO JURÍDICO NULO OU ANULÁVEL _____	119
6. DA CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS DE BEM CONSIDERADO SINGULARMENTE _____	120
7. CONCLUSÃO _____	121
8. BIBLIOGRAFIA _____	122

<i>A EVOLUÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA E A UNIÃO ESTÁVEL (PATRÍCIA ZANI PRESSER)</i>	125
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DE FAMÍLIA E A UNIÃO ESTÁVEL	126
1.1. A UNIÃO ESTÁVEL E SUA EVOLUÇÃO LEGISLATIVA	127
1.2. A UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA	128
1.3. A UNIÃO ESTÁVEL E O DIREITO SUCESSÓRIO	129
2. ATUALIZAÇÕES DA UNIÃO ESTÁVEL E AS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	129
2.1. A ESCRITURA PÚBLICA DE UNIÃO ESTÁVEL	130
2.2. PROVIMENTO Nº 37 CNJ E A RETROATIVIDADE DO REGIME DE BENS	131
2.3. UNIÃO ESTÁVEL, EFEITOS PATRIMONIAIS E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS	133
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
4. BIBLIOGRAFIA	138

II. Tabela de Protestos

<i>A CENTRAL NACIONAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS DOS TABELIÃES DE PROTESTO DE TÍTULOS: A REESTRUTURAÇÃO DO PROTESTO PELO PROVIMENTO 87, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA)</i>	143
1. INTRODUÇÃO	144
2. A INDICAÇÃO ELETRÔNICA DOS TÍTULOS	145
3. A PRAÇA DE PAGAMENTO NO DOMICÍLIO DO DEVEDOR	147
4. CARTA DE ANUÊNCIA ELETRÔNICA E O CANCELAMENTO PELA PROVA DA EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO	150

5. A CENPROT _____	151
6. CONCLUSÃO _____	153
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	153

PROTESTO DE CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTOS E DE TÍTULOS DE CRÉDITO VIRTUAIS CELEBRADOS POR FINTECHS (BRENO DE QUEIROZ PAES E SILVA) _____ 155

1. INTRODUÇÃO _____	156
2. DAS FINTECHS _____	157
3. DA ANÁLISE DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS CONSTANTES DA RESOLUÇÃO 4.656/2019 _____	158
4. DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CAMBIAIS AOS NEGÓCIOS JURÍDICOS CELEBRADOS POR FINTECHS _____	159
4.1. DO PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE _____	159
4.2. DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA _____	160
4.3. DO PRINCÍPIO DA LITERALIDADE _____	161
5. DA POSSIBILIDADE LEGAL DO SAQUE DE TÍTULOS DE CRÉDITO ATÍPICOS VIRTUAIS POR FINTECHS _____	161
6. DOS OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA CELEBRADOS POR FINTECHS _____	162
7. DA NECESSÁRIA ALTERAÇÃO DAS NORMAS DE SERVIÇOS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAS PARA A PROTESTABILIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS CELEBRADOS PELAS FINTECHS _____	164
8. CONCLUSÃO _____	164
9. BIBLIOGRAFIA _____	165

O CRÉDITO (E SUA SATISFAÇÃO) COMO DIREITO FUNDAMENTAL – UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA E IMPORTÂNCIA DO TABELIONATO DE PROTESTOS À ORDEM JURÍDICA, SOCIAL E ECONÔMICA DO PAÍS (ANDERSON NOGUEIRA GUEDES) _ 167

1. INTRODUÇÃO _____	168
2. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO INSTITUTO DO PROTESTO _____	168
2.1. CONCEITO _____	168
2.2. EFEITOS E FINALIDADE _____	170
2.3. DA COMPETÊNCIA DO TABELIÃO DE PROTESTOS E PROCEDIMENTOS _____	171
2.4. TÍTULOS SUJEITOS A PROTESTO _____	174
3. O CRÉDITO COMO DIREITO INSERTO NO DIREITO FUNDAMENTAL DE PROPRIEDADE _____	175
3.1. PROPRIEDADE CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADA _____	176
4. A IMPORTÂNCIA E EFETIVIDADE DO PROTESTO DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA _____	178
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	181
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	182

III. Registro Civil das Pessoas Naturais

FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E MULTIPARENTALIDADE: INOVAÇÕES DO PROVIMENTO N.º 63 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (BRUNO NEPOMUCENO E CYSNE) _ 187

1. INTRODUÇÃO. _____	188
2. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E MULTIPARENTALIDADE. _____	189
3. PROVIMENTO N. 63, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017. _____	190
4. CONCLUSÃO. _____	196

5. REFERÊNCIAS _____	197
----------------------	-----

**OFÍCIOS DA CIDADANIA: DESBUROCRATIZAÇÃO NA EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS
(KAREEN ZANOTTI DE MUNNO) _____ 201**

1. INTRODUÇÃO _____	202
---------------------	-----

2. DESBUROCRATIZAÇÃO: UM CAMINHO A SEGUIR. _____	203
--	-----

3. REGISTRADORES CIVIS: PROTAGONISTAS NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CIDADANIA. _____	206
---	-----

4. OS CONVÊNIOS E PARCERIAS JÁ EXISTENTES: UM CAMINHO TRILHADO ANTES DA LEI. _____	209
---	-----

5. AS FUTURAS POSSIBILIDADES: EXEMPLO A SEREM SEGUIDOS. _____	209
---	-----

6. CONCLUSÃO _____	210
--------------------	-----

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	211
-------------------------------------	-----

**A QUALIFICAÇÃO REGISTRAL E O CASAMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(GUSTAVO CASAGRANDE CANHEU) _____ 215**

1. INTRODUÇÃO _____	216
---------------------	-----

2. DO CASAMENTO, SUA NATUREZA JURÍDICA E A PARTICIPAÇÃO ESTATAL ____	218
--	-----

3. A QUALIFICAÇÃO REGISTRAL E O PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO _____	222
---	-----

4. CONCLUSÃO _____	229
--------------------	-----

5. REFERÊNCIAS _____	230
----------------------	-----

**ALTERAÇÕES DE NOME E SEUS REFLEXOS NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS (GIOVANNA TRUFFI RINALDI) _____ 233**

1. INTRODUÇÃO _____	234
---------------------	-----

Índice	35
<hr/>	
2. NOME E O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS _____	235
3. ALTERAÇÕES DE NOME DA PESSOA NATURAL _____	237
3.1. AS HIPÓTESES EXPRESSAMENTE PREVISTAS NA LEI 6.015/1973: MAIORIDADE; APELIDO; UNIÃO ESTÁVEL; TESTEMUNHAS DE CRIME; INCLUSÃO DO SOBRENOME DO PADRASTO OU MADRASTA; NOME RIDÍCULO; HOMONÍMIA DEPRECIATIVA; ERRO. _____	237
3.2. INCLUSÃO DE SOBRENOME POR RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE E MATERNIDADE. _____	240
3.3. INCLUSÃO DE SOBRENOME PELO CASAMENTO. _____	241
3.4. MUDANÇA DE SOBRENOME POR SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO, DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL E VIUVEZ. _____	242
3.5. ALTERAÇÃO DE PATRONÍMICO DO FILHO POR CASAMENTO, SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO OU VIUVEZ DOS PAIS. _____	244
3.6. ALTERAÇÃO DE NOME E SEXO. _____	245
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	247
5. REFERÊNCIAS _____	247
<i>O REGISTRO DE ÓBITO EM CASO DE CATÁSTROFES E TRAGÉDIAS: REFLEXÃO À DESJUDICIALIZAÇÃO (ALISE ANDREIA FORMENTI)</i> _____	251
1. INTRODUÇÃO _____	252
2. A MORTE COMO FATO JURÍDICO _____	253
3. ASSENTO DE ÓBITO: ASPECTOS GERAIS _____	254
3.1. REGISTRO DE ÓBITO SEM CADÁVER (ART. 88 LRP) _____	256
3.2. REGISTRO DE MORTE PRESUMIDA SEM AUSÊNCIA (ART. 7º CÓDIGO CIVIL) _____	257
4. CASOS REAIS _____	258
5. CONCLUSÃO _____	260
6. BIBLIOGRAFIA _____	261

IV. Registro Civil das Pessoas Jurídicas

ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E AS PESSOAS JURÍDICAS ECLESIASTICAS (RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO)	265
1. BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A TEORIA DAS PESSOAS JURÍDICAS.	266
1.1. FUNDAMENTO DE SUA EXISTÊNCIA.	266
1.2. O CONCEITO DE PESSOA JURÍDICA: VISÃO CRÍTICA.	267
2. AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS.	268
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS: AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E REQUISITOS PARA O REGISTRO.	268
2.2. PRETENSÃO DE CRIAÇÃO DE UMA “SUPER-PESSOA JURÍDICA”.	269
3. AS PESSOAS JURÍDICAS ECLESIASTICAS.	270

V. Registro de Imóveis

DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES E RETIFICAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO (HENRIQUE FERRAZ DE MELLO)	275
1. INTRODUÇÃO	276
2. DEMARCATÓRIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	278
3. DA DESJUDICIALIZAÇÃO DA DEMARCATÓRIA DE TERRAS PARTICULARES	285
4. DA DESJUDICIALIZAÇÃO DA RETIFICAÇÃO BILATERAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS	289
5. NÓTULAS COMPARATIVAS ENTRE A DEMARCAÇÃO JUDICIAL E A RETIFICAÇÃO DE ÁREA	293
6. CONCLUSÃO	301

Índice	37
--------	----

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	303
-------------------------------	-----

<i>AVERBAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS. UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA E APROFUNDADA SOBRE O TEMA (JOÃO FRANCISCO MASSONETO JUNIOR E NILTON SEVERIANO DE OLIVEIRA JÚNIOR)</i>	307
--	------------

1. INTRODUÇÃO	308
---------------	-----

2. AS AVERBAÇÕES NO REGISTRO DE IMÓVEIS	309
---	-----

3. AS AVERBAÇÕES DAS EDIFICAÇÕES	312
----------------------------------	-----

4. AS AVERBAÇÕES DAS EDIFICAÇÕES E OS PRINCÍPIOS REGISTRALIS.	316
---	-----

4.1. A RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E DA FÉ PÚBLICA.	316
--	-----

4.2. A RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.	318
--	-----

4.3. A RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE.	320
--	-----

4.4. A RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO NA MATRÍCULA E A FÉ PÚBLICA REGISTRAL.	321
---	-----

4.5. A RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE.	324
---	-----

4.6. A RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.	324
---	-----

4.7. A RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.	325
---	-----

5. OS RÓIS TAXATIVO E EXEMPLIFICATIVO DAS AVERBAÇÕES ANTE A CONCENTRAÇÃO REGISTRAL	327
--	-----

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	328
-------------------------	-----

7. REFERÊNCIAS	330
----------------	-----

<i>A REGISTRABILIDADE DA POSSE (GUSTAVO FÁVARO ARRUDA)</i>	333
---	------------

1. INTRODUÇÃO	334
---------------	-----

2. A BASE FÍSICA DO SISTEMA REGISTRAL	335
---------------------------------------	-----

2.1. CONCEITO DE IMÓVEL PARA FINS REGISTRALIS	335
---	-----

2.2. SISTEMA DE FÓLIO REAL _____	336
2.3. A RECEPÇÃO DOS IMÓVEIS PELO SISTEMA REGISTRAL _____	337
3. SITUAÇÕES EM QUE A POSSE TEVE OU TEM ACESSO AO SISTEMA REGISTRAL IMOBILIÁRIO _____	342
3.1. LEGITIMAÇÃO DE POSSE NO REGISTRO DO VIGÁRIO _____	343
3.2. A LEGITIMAÇÃO DE POSSE NO DL 9.760/1946 _____	345
3.3. A LEGITIMAÇÃO DE POSSE NA LEI 6.383/1976 _____	345
3.4. A LEGITIMAÇÃO DE POSSE NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA _____	346
3.5. IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE DOS ENTES PÚBLICOS _____	347
4. CONCLUSÃO _____	348
5. BIBLIOGRAFIA _____	350
MULTIPROPRIEDADE – REFLEXOS NO SISTEMA REGISTRAL IMOBILIÁRIO (CAMILA RODRIGUES ALVES MUCARI ARRUDA) _____	353
1. INTRODUÇÃO _____	354
2. PROPRIEDADE. DIREITO REAL. MULTIPROPRIEDADE. _____	355
3. MULTIPROPRIEDADE. CONCEITO. BREVE HISTÓRICO. _____	357
4. PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES. REFLEXOS NOS REGISTROS IMOBILIÁRIOS. _____	359
5. A QUESTÃO DA RENÚNCIA TRANSLATIVA. _____	362
6. CONCLUSÃO _____	363
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	364

VI. Assuntos Gerais Notariais e Registrais

<i>LEI DO DISTRATO: ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS (VITOR FREDERICO KÜMPEL)</i>	369
1. INTRODUÇÃO	370
2. INADIMPLEMENTO NA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA	372
2.1. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS	372
2.2. FUNDAMENTO DO DIREITO DE RETENÇÃO	373
2.3. LIMITE IMPOSTO PELA LEI Nº 13.786/2018	375
2.4. PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO	376
2.5. COMPROMISSÁRIO COMPRADOR NA POSSE DO IMÓVEL	378
2.6. INADIMPLEMENTO DA INCORPORADORA E PRAZO DE TOLERÂNCIA	379
3. INADIMPLEMENTO NOS LOTEAMENTOS	381
4. DIREITO DE ARREPENDIMENTO	382
5. POSSIBILIDADE DE RESILIÇÃO UNILATERAL IMOTIVADA	383
6. DISTRATO E DESJUDICIALIZAÇÃO	385
7. QUADRO-RESUMO E ASSINATURA ESPECÍFICA	385
8. DIREITO INTERTEMPORAL	387
9. BIBLIOGRAFIA	390
<i>O CONDOMÍNIO DE FATO E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PELA ESTREMAÇÃO DE IMÓVEIS (FELLIPE SIMÕES DUARTE)</i>	393
1. INTRODUÇÃO	394
2. CONDOMÍNIO	394

2.1. GENERALIDADES _____	394
2.2. O CONDOMÍNIO GERAL _____	394
3. SOLUÇÕES PARA A REGULARIZAÇÃO DO CONDOMÍNIO DE FATO <i>PRO DIVISO</i> _____	396
4. A SOLUÇÃO JUDICIAL _____	396
5. ESCRITURA PÚBLICA DE DIVISÃO AMIGÁVEL _____	397
6. A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PELA ESTREMAÇÃO _____	398
6.1. ORIGEM – PROJETO GLEBA LEGAL E PROJETO MORE LEGAL _____	398
6.2. A ESTREMAÇÃO EM OUTROS ESTADOS _____	399
6.3. O PROCEDIMENTO DA ESTREMAÇÃO NAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS _____	399
6.3.1. OS IMÓVEIS RURAIS _____	399
6.3.2. DA ESTREMAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS _____	402
6.4. DA PROPOSTA DE PROVIMENTO APRESENTADA PELA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA PELO IRIB _____	403
7. DA ESTREMAÇÃO NO ÂMBITO DA REURB _____	404
8. CONCLUSÃO _____	408
9. BIBLIOGRAFIA _____	409
 ASPECTOS IMPORTANTES A OBSERVAR NA GESTÃO DE CARTÓRIOS (TALITA CALDAS) _____	 411
1. O CONTEXTO ATUAL _____	412
2. A SOCIEDADE ATUAL E AS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS _____	412
3. CONTROLE: QUEM NÃO REGISTRA NÃO É DONO _____	414
4. PROCESSO INTERNO, ADAPTABILIDADE E INVESTIMENTOS _____	415
5. MONITORAÇÃO DOS INVESTIMENTOS _____	415

Índice	41
<hr/>	
6. DELEGAR E CONTROLAR	416
7. TREINAMENTO ANTI-FRAUDADORES E POLÍTICA DE COMPLIANCE	416
8. GESTÃO FINANCEIRA, CURSOS E DEPÓSITO PRÉVIO	417
9. AUDITORIAS EXTERNAS E INTERNA	417
10. REVISÃO DE MINUTAS	418
11. RECLAMAÇÕES E RESPONSABILIZAÇÃO INDENIZATÓRIA E DISCIPLINAR	418
12. DIRETRIZES INTERNAS	419
13. REPASSES OBRIGATÓRIOS DE PARCELAS DOS EMOLUMENTOS	420
14. TITULAR/GESTOR QUE NÃO É AFEITO A ADMINISTRAR	420
15. CONCLUSÃO	421
16. BIBLIOGRAFIA	421
A FÉ PÚBLICA NOTARIAL E O PARADIGMA DA CONFIANÇA (DAISY EHRHARDT)	423
1. INTRODUÇÃO	424
2. PÓS MODERNIDADE	424
3. CONFIANÇA	427
4. FÉ PÚBLICA NOTARIAL	429
5. CONFIANÇA X FÉ PÚBLICA	431
6. CONCLUSÃO	433
7. REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS	434

ITBI NAS ESCRITURAS PÚBLICAS: OS ELEMENTOS QUANTITATIVOS DA REGRA MATRIZ DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA - BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS (ANTONIO HERANCE FILHO)	437
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	438
2. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI)	439
2.1. AS ALÍQUOTAS APLICÁVEIS À TRANSMISSÃO DE BEM IMÓVEL OU DE DIREITO A ELE RELATIVO E O MOMENTO DE OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR DO IMPOSTO	442
2.2. AS CONTROVERTIDAS DIVISÕES DO PATRIMÔNIO COMUM E PARTILHAS DO ACERVO HEREDITÁRIO	444
2.3. QUAL A BASE DE CÁLCULO DO ITBI, O VALOR DE MERCADO, O DEFINIDO PELAS PARTES NO NEGÓCIO, O DE REFERÊNCIA DEFINIDO PELO MUNICÍPIO OU O QUE SERVIU PARA O LANÇAMENTO DO IPTU?	447
3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	449
 HERANÇA DIGITAL / DIGITAL LEGACY (JOSÉ EMILIANO PAES LANDIM NETO)	 451
1. INTRODUÇÃO	452
2. RELATO DO JULGAMENTO DO BGH III ZR 183/17, DE 12.07.2018	455
3. TRANSMISSÃO DOS BENS DIGITAIS E A PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA USUÁRIA FALECIDA E TERCEIROS	460
4. CONCLUSÃO	463
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	464
 COMENTÁRIOS CRÍTICOS À TESE COM REPERCUSSÃO GERAL DO RE 842.846: A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO POR ATOS DE TABELIÃES E REGISTRADORES (RACHEL LETICIA CURCIO XIMENES DE LIMA ALMEIDA)	 467
1. BIBLIOGRAFIA:	481

<i>DIREITO REAL DE LAJE: ANÁLISE JURÍDICA NO PLANO CIVIL (PEDRO LUÍS TEOBALDO DE FONTES)</i>	483
1. INTRODUÇÃO	484
2. O NASCIMENTO DO DIREITO REAL DE LAJE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	485
2.1. A LAJE	485
2.2. DA PROPRIEDADE	486
3. DA LAJE	487
3.1. DISTINÇÕES DO DIREITO REAL DE LAJE	487
3.1.1. DIREITO DE SUPERFÍCIE VERSUS DIREITO REAL DE LAJE	488
3.1.2. CONDOMÍNIO VERSUS DIREITO DE LAJE	490
4. DA CONSTITUIÇÃO DA LAJE: OS REQUISITOS LEGAIS	491
4.1. DA VONTADE	491
4.2. FORMAS DE CONSTITUIÇÃO	491
4.3. DOS LEGITIMADOS	492
4.4. ACESSO À VIA PÚBLICA	492
4.5. APROVAÇÃO DO PODER PÚBLICO	493
5. EXTINÇÃO DA LAJE	494
5.1. A TEORIA DA GRAVITAÇÃO JURÍDICA E A EXTINÇÃO DO DIREITO REAL DE LAJE	494
6. CONCLUSÃO	495
7. REFERÊNCIAS	495